

Sumário

Introdução	1
1. Histórico da Gestão Coletiva de Direitos Autorais	7
1.1 Considerações iniciais	7
1.2 A origem da gestão coletiva no exterior.....	12
<i>1.2.1 Bureau de Législation Dramatique</i>	13
1.2.2 A Revolução Francesa	15
1.2.3 A Société des Auteurs et Compositeurs Dramatiques (SACD) e a Société des Gens de Lettres (SGDL).....	17
1.2.4 A Société des Auteurs, Compositeurs et Éditeurs de Musique (SACEM)	18
1.2.5 A multiplicação de sociedades autorais pelo mundo e a criação da CISAC	21
1.3 Histórico da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil.....	23
1.3.1 A Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT)	24
1.3.2 A Associação Brasileira de Compositores e Autores – ABCA, e a União Brasileira de Compositores – UBC.....	39
1.3.3 A Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Editores de Música (SBACEM): o início da proliferação de entidades na área musical	53
1.3.4 A década de 50: tentativa de criação do Instituto do Direito Autoral – IDA	59
1.3.5 A Sociedade Arrecadadora de Direitos de Execução Musical do Brasil – SADEMBRA.....	61
1.3.6 Coligação das Sociedades de Autores, Compositores e Editores: a primeira tentativa de unificação do sistema de arrecadação ...	70

1.3.7 A Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais – SICAM, e a frustrada tentativa de unificação no governo Jânio Quadros.....	71
1.3.8 O Serviço de Defesa do Direito Autoral – SDDA: a segunda tentativa de unificação do sistema de cobrança de direitos autorais.....	81
1.3.9 A SOCINPRO – Sociedade Independente de Intérpretes e Produtores de Fonogramas: a primeira sociedade na área de direitos conexos.....	89
1.3.10 O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, criado pela Lei 5.988/1973	90
1.3.11 A implantação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD	102
1.3.12 O ingresso de novas sociedades autorais após a criação do ECAD: SABEM, ASSIM, AMAR, ABRAMUS e ANACIM	113
1.3.13 A intervenção do CNDA na UBC e no ECAD, e o polêmico acordo com a ABERT	124
1.3.14 A Carta de Araxá	132
1.3.15 Os dois projetos de lei que antecederam a Lei 9.610/1998.....	134
1.3.16 A desativação do Conselho Nacional de Direito Autoral – CNDA.....	137
1.3.17 A CPI do ECAD de 1995.....	139
1.3.18 A criação da Lei nº 9.610, de 1998, e novas investidas contra o sistema unificado de cobrança	148
1.3.19 A retomada da atuação estatal no setor da gestão coletiva de direitos autorais	152
1.3.20 A CPI do ECAD de 2011.....	160
1.3.21 A Lei 12.853, de 14 de agosto de 2013	165

1.3.22 As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5062 e 5065	172
1.3.23 O Decreto 8.469, de 22 de junho de 2015.....	175
1.3.24 O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff e suas repercussões no Ministério da Cultura	177
2. Evolução do Conceito de Execução Pública	183
2.1 O advento do fonograma, das emissoras de rádio e do cinema falado....	185
2.1.1 O surgimento do fonograma e o conflito gerado com editores e autores.....	185
2.1.2 O surgimento das emissoras de rádio e o conflito gerado com os produtores fonográficos	197
2.1.3 O surgimento do cinema falado e a crise no mercado de trabalho musical.....	201
2.2 A evolução do conceito de execução pública no ordenamento jurídico brasileiro	202
2.2.1 Execução pública na Lei Medeiros e Albuquerque, de 1898, e no Código Civil de 1916	202
2.2.2 Execução Pública na Lei Heitor de Sousa (Decreto nº 4.790, de 1924) e na Lei Getúlio Vargas (Decreto nº 5.492, de 1928)	207
2.2.3 Duas importantes decisões do Supremo Tribunal Federal: contra o Ginásio Pinhalense de Esportes Atléticos (1948) e contra o Clube de Regatas do Flamengo (1957)	211
2.2.4 A Súmula 386 do Supremo Tribunal Federal	215
2.2.5 A equivocada alegação das empresas de radiodifusão de inexistência de “publicidade”	216
2.2.6 A tentativa de reforma do art. 26 da Lei Getúlio Vargas, de 1928, constante no Anteprojeto de Código do Direito de Autor e de Direitos Conexos, de Milton Sebastião Barbosa.....	219
2.2.7 Execução pública no Projeto Barbosa-Chaves, de 1973.....	220

2.2.8 Execução pública na Lei 5.988, de 1973	221
2.2.9 O equivocado “parecer Fernando Lobo” (1976)	222
2.2.10 A atécnica Súmula nº 63 do Superior Tribunal de Justiça (1992)	236
2.2.10.1 O acórdão nº 15/2013 do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.....	238
2.2.11 Execução pública na Lei 9.610, de 1998	244
2.3 A polêmica em relação a quartos de hotel, apart-hotel, motel e pousada	245
2.3.1 Considerações iniciais.....	245
2.3.2 A evolução juríprudencial do Superior Tribunal de Justiça	247
2.3.3 O <i>caput</i> do art. 23 da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008)	249
2.3.4 O conceito funcional de “casa” e a definição de “público sucessivo” (não simultâneo).....	252
2.3.5 O caso SGAE contra Rafael Hoteles (TJUE – processo C-306-05)	260
2.3.6 O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2012	261
2.3.7 A Medida Provisória nº 907, de 2019, e a ADI 6295/DF.....	263
2.3.8 Tema Repetitivo 1.066 do STJ: a consolidação da jurisprudência superior sobre quartos de hotel	268
2.4 Confusão terminológica: o problemático §2º do art. 68 Da lei autoral....	269
2.4.1 O equívoco do legislador de 1998 de não considerar “execução pública” mera espécie do gênero “comunicação ao público”	269
2.4.2 A obsolescência de “locais de frequência coletiva” como único critério para a configuração de comunicação ao público.....	275
2.4.3 <i>De lege ferenda</i> : proposta de nova redação para o §2º do art. 68....	284

3. Primeiros Impactos da Internet na Indústria Musical.....	285
3.1 <i>Advanced research projects agency network</i> (Arpanet): embrião da internet.....	285
3.2 O formato mp3	287
3.3. Napster (1999), Ipod (2001), Itunes (2003) e a proliferação das redes P2P	292
3.4 A litigância repetitiva contra usuários de sistemas P2P: equívoco estratégico da indústria fonográfica.....	300
3.5 Outras reações da indústria fonográfica contra a pirataria digital....	302
3.5.1 A Lei HADOPI (<i>Haute Autorité pour la Diffusion des Oeuvres et la Protection des Droits sur Internet</i>)	302
3.5.2 O caso Capitol Records, LLC v. ReDiGi Inc.	303
3.5.3 <i>Stop Online Piracy Act</i> (SOPA)	304
3.5.4 <i>Technology Protection Measures</i> (TPM) ou Medidas de Proteção Tecnológica (MPT): a interface do direito de autor com o direito do consumidor	306
3.6 O deslumbramento inicial: os arautos da cultura do grátis	312
3.7 O começo do fim do deslumbramento: a cultura do grátis em xeque	321
3.7.1 Distorção histórica: a versão de que Ana de Hollanda teria impedido o andamento do anteprojeto de reforma da Lei 9.610/1998.....	329
3.8 A polêmica envolvendo <i>ringtones</i> e <i>truetones</i> (<i>realtones</i>)	335
3.9 O marco civil da internet e o adiamento da discussão sobre direitos autorais	347
3.10 O relevante papel das entidades de gestão coletiva no ambiente digital	350

4. Streaming Musical e Gestão Coletiva de Direitos Autorais	355
4.1 Considerações iniciais: a “era dos centavos” e da reintermediação ...	355
4.2 <i>Streaming</i> : termo estrangeiro já dicionarizado.....	366
4.2 <i>Streaming</i> : característica da “era do acesso” e “cultura <i>on demand</i> ”	367
4.4 A questão do <i>streaming</i> nas atas de assembleias gerais do Ecad	372
4.5 Consulta pública: entidades contrárias e favoráveis à proposta que resultou na instrução normativa/minc nº 02/2016	378
4.5.1 A Nota Técnica nº 26/2016 e suas principais conclusões	383
4.6 <i>Simulcasting</i> e <i>webcasting</i> : espécies do gênero <i>streaming</i>	385
4.7 Principais argumentos jurídicos contrários à caracterização do <i>streaming on demand</i> como espécie de execução pública.....	386
4.7.1 Interatividade: o principal argumento utilizado pelos produtores fonográficos.....	386
4.7.2 A execução, para ser considerada “pública”, precisa ocorrer em “local de frequência coletiva”	390
4.7.3 O <i>streaming</i> interativo subsumindo-se ao direito de distribuição digital, e não ao direito de execução pública.....	395
4.7.4 O <i>streaming</i> como demonstração ao cliente, limitação prevista no art. 46, V, da Lei Autoral	396
4.7.5 A necessidade de modificação legislativa para considerar o <i>streaming</i> interativo como execução pública.....	400
4.8 Principais argumentos metajurídicos contrários à caracterização do <i>streaming on demand</i> como espécie de execução pública	401
4.9 O <i>leading case</i> Ecad <i>versus</i> OI FM (resp 1.559.264-RJ).....	402
4.9.1 A audiência pública realizada em 14 de dezembro de 2015	403
4.9.2 Análise do voto do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva	403
4.9.3 O voto divergente do Ministro Marco Aurélio Bellizze.....	410

4.9.4 Repercussão acadêmica e midiática do acórdão do STJ.....	412
4.9.5 O julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.056.363-RJ pelo Supremo Tribunal Federal.....	417
4.10 A discussão sobre <i>streaming</i> em seminários e congressos brasileiros nos anos de 2015 a 2017	419
4.10.1 Seminário da OAB-RJ, em 18 de junho de 2015.....	420
4.10.2 Seminário da OAB-SP, em 28 de outubro de 2015.....	423
4.10.3 DMX – <i>Digital Music Experience</i> , em 10 e 11 de novembro de 2015	425
4.10.4 XXXVI Congresso Internacional da ABPI, nos dias 28 a 30 de agosto de 2016	427
4.10.5 Semana Internacional de Música de São Paulo, em 9 de dezembro de 2016 – “Direitos Autorais no mundo digital”	430
4.10.6 MinC e MRE (Brasília), nos dias 19 e 20 de junho de 2017	432
4.10.7 XXXVII Congresso Internacional da ABPI, em agosto de 2017	434
4.10.8 Seminário na OAB-RJ, em 09 de outubro de 2017.....	435
4.10.9 Seminário “Direito Autoral no século XXI”, em 18 de outubro de 2017.....	437
4.11 O <i>leading case</i> do STJ: vitória para os músicos executantes.....	439
4.12 O <i>simultcasting</i> e a rádio digital.....	445
4.12.1 A Internet como uma oportunidade de reinvenção do rádio	445
4.12.2 O <i>simulcasting</i> antes do <i>leading case</i> julgado pelo STJ em 2017	447
4.12.3 O <i>simulcasting</i> no <i>leading case</i> julgado pelo STJ.....	448
4.12.4 O princípio da divisibilidade (ou independência) dos direitos patrimoniais de autor	451

4.12.5 ECAD <i>versus</i> TV Ômega Ltda. (REDETV).....	452
4.12.6 O caso <i>American Broadcasting Companies v. Aereo</i> , julgado pela Suprema Corte dos EUA	453
4.13 A violação do direito moral à designação de autoria (<i>moral right of attribution</i>) nas plataformas digitais de <i>streaming</i>	455
Conclusão	461
Referências.....	469

Anexos

Anexo A	497
Anexo B	501
Anexo C	507
Anexo D	509
Anexo E.....	511
Anexo F.....	513
Anexo G	515
Anexo H.....	517
Anexo I.....	519
Anexo J.....	523
Posfácio.....	525